

# ACM ataca ministros, juízes e advogados

O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) leu ontem da tribuna do Senado uma extensa lista de denúncias contra juízes, com acusações de corrupção, peculato, abuso de poder e até abuso sexual.

“Um juiz que quis me interpelar. Tenho denúncias de que ele favoreceu a um deputado de maneira escandalosa e é citado por outro juiz, por ter cometido crime de corrupção em favor de um candidato”, apontou, sem citar nomes, mas referindo-se a Ronaldo Tovani, da comarca de Caldas (Sul de Minas).

Elogiado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) por sua coragem em abordar o assunto, o ex-governador da Bahia falou da existência de “coisas inacreditáveis” que ele preferia não detalhar.

“Não quero criar um quadro ainda mais tétrico da Justiça”, disse, antes de propor aos seus colegas uma campanha pela moralização do Poder Judiciário.

Depois de relatar algumas das 600 denúncias contra advogados e juízes que recebeu, o senador baiano disse que o Supremo Tribunal Federal (STF) poderia começar este trabalho.

**Morosidade** — O senador criticou os ministros das instâncias superiores pela morosidade em dar andamento aos casos e pela paralisação dos processos.

Citou como exemplo, sem revelar o nome, o fato de o ministro do Supremo, Néri da Silveira, ter demorado de 27 de agosto de 1991 a 17 de março de 1995 para decidir sobre uma sentença comum.

O ex-governador da Bahia lembrou também que o ministro Sepúlveda Pertence (STF) pediu, em 27 de fevereiro de 92, vistas de um processo que examinava a constitucionalidade de um decreto do ex-presidente Fernando Collor e está até hoje com o processo.

“Ficar com o processo por uma sessão é normal, três meses é muito, três anos é demais”, disse o senador.

**Casos** — Das 600 denúncias contra advogados e juízes, o senador citou algumas, como o caso de um cidadão baiano, Milton Lisboa Sampaio, que, sentindo-se lesado por seu advogado, entrou na Justiça em 1974 com uma ação de prestação de contas.

Vinte e um anos depois, o caso se arrasta pela Justiça. Enquanto isso, observa ACM, “a vítima faliu, teve problemas familiares, leva uma vida de cão e o advogado é um homem rico”.

Contou o caso de um juiz que atuou em Camacã (RS), José Maria Boris Gehelen, acusado de crime de peculato. “O processo demorou tanto a ser julgado que acabou prescrevendo”, disse.

CORREIO  
BRAZILIENSE  
05 ABR 1995